

TANGARÁ

Magistrados são preparados para implantar o SEEU

Sistema de Execução Unificada será implantado em março

Assessoria

Para implantar o Sistema Eletrônico de Execução Unificada (SEEU) em Mato Grosso, juízes auxiliares do Poder Judiciário participaram de um treinamento com magistrados do interior do Estado. O encontro foi virtual, por meio de uma videoconferência.

Os juízes auxiliares da Corregedoria, Otávio Vinícius Affi Peixoto e José Arimatéa Neves Costa, e da presidência, Túlio Duailbi Alves Souza falaram sobre a importância e mostraram o funcionamento do novo sistema para os magistrados das comarcas de Água Boa, Cáceres, Rondonópolis, Si-

nop e Tangará da Serra.

Essas cinco comarcas do interior são as que têm o maior número de executivos penais, e o objetivo desse primeiro contato virtual, de acordo com o juiz Otávio Vinicius, que coordena a implantação do SEEU em Mato Grosso, foi explicar aos colegas juizes como funciona a metodo-

“Existem cerca de 44 mil processos de execução penal no Estado

logia para que seja feita a digitalização, inicialmente, e o cadastramento dos processos. A terceira e última fase do procedimento para

o funcionamento da ferramenta será a implantação do SEEU, que ocorrerá em março.

Atualmente, existem cerca de 44 mil processos de execução penal no Estado e quase 50% deste volume, equivalente a 20 mil autos, estão em tramitação no Núcleo de Execução Penal (NEP) da Comarca de Cuiabá. “O SEEU vai proporcionar uma prestação jurisdicional às pessoas em situação de prisão com maior comunicabilidade”, pontua doutor Túlio Duailibi.

Como exemplo dessa acessibilidade, o SEEU fará alerta, 30 dias antes da ocorrência, das condições, ou benefícios, que o apenado terá direito. E toda essa celeridade, na visão de José Arimatéa, também fará diferença na qualidade de vida de todos os atores do sistema judicial, façam o acesso a processos por



Tangará está entre os com maior número de executivos

smartphone.

A assinatura do convênio entre o Poder Judiciário de Mato Grosso e o CNJ será dia 19 de fevereiro, em Brasília (DF). Depois

desse acordo, o TJ receberá, em março, uma equipe do Conselho de Justiça, para treinar servidores do TJ que atuarão como multiplicadores.



Márcio Vidal encaminhou proposta de inclusão da disciplina

DISTRITO FEDERAL

Educação Moral e Cívica deve voltar às salas de aula

Proposta semelhante é defendida pelo do TRE-MT

ANDRÉA MARTINS / Assessoria TRE-MT

A disciplina Educação Moral e Cívica foi trabalhada em sala de aula no país há quase 25 anos. Ela, que foi extinta, poderá ser retomada em Brasília após aprovação de lei pela Câmara Legislativa local. Essa possibilidade é aplaudida pelo presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, desembargador Márcio Vidal, que desde de 2018, busca apoio de parlamentares e gestores públicos na implantação da disciplina “Formação da cidadania” na Base Nacional Comum Curricular.

“As interações nas redes

sociais são mais interpessoais que sociais. Dificilmente surge uma motivação de cunho cível, político ou social baseada em argumentos racionais. Diante desse contexto precisamos refletir sobre alguns questionamentos: Falta conscientização nesse sentido? Os indivíduos perderam a sensibilidade primitiva para distinguir o bem do mal? É necessário recomençar? Devemos recomençar atuando na formação educacional do cidadão, inserindo conteúdos

“Devemos atuar na formação educacional do cidadão

que promovam a reflexão e discussão sobre temas como cidadania, democracia e política. Conteúdos vinculados aos direitos e deveres, envolvendo o cidadão, suas interações e suas relações com o Estado”.

Em 2018, Márcio Vidal encaminhou ao Ministério da Educação, aos senadores e deputados federais e ao secretário de Estado de Educação do Estado de Mato Grosso, proposta de inclusão da disciplina Formação da Cidadania no núcleo comum curricular, em meio a outras, cujos conteúdos programáticos sirvam à formação do cidadão, tais como sociologia, filosofia, psicologia social e organização social e política do País. “Este ano pretendo levar a proposta pessoalmente ao Ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodriguez”, finalizou o desembargador.